

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.838 - RJ (2019/0300169-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCELO LUCIO DA CONCEICAO (PRESO)
PACIENTE : CHRISTIAN VALENTIM RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. REGIME INICIAL. REGIME FECHADO IMPOSTO SEM A CORRESPONDENTE FUNDAMENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 440/STJ. APLICABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO.
Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, em benefício de **Marcelo Lucio da Conceição e Christian Valentim Rodrigues** – condenados pela prática do crime de roubo circunstanciado às penas de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 13 dias-multa –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que deu parcial provimento à apelação apenas para redimensionar a pena imposta, mantendo, no mais, a condenação exarada pelo Juízo de Direito da 36ª Vara Criminal da comarca da Capital/RJ (Processo n. 0212269-89.2017.8.19.0001).

Alega a impetrante, em síntese, ausência de fundamentação na fixação de regime mais gravoso do que a pena imposta.

Postula, ao final, a concessão liminar da ordem, nos termos propostos.

É o relatório.

Busca a impetração a alteração do regime imposto aos pacientes pelo crime de roubo circunstanciado, ao argumento de ausência de fundamentação para tanto.

Superior Tribunal de Justiça

É o caso de concessão liminar da ordem.

Da análise do acórdão, observo que a Corte estadual, ao revisar a condenação, assim consignou (fls. 56/57 - grifo nosso):

[...]

Em relação ao cálculo das penas-base do crime de roubo, praticados pelos apelantes, verifica-se que o Juiz primevo, de forma inidônea, reconheceu maior culpabilidade na conduta dos réus, bem como a gravidade das circunstâncias do delito e das consequências do mesmo.

Isto porque, pode-se observar que, o fato da vítima - descrita como “jovem mulher indefesa” - ter sido abordada num ponto de ônibus, bem como o emprego de violência para a retirada da mochila, não se revelam, de per si, justificativas a apontar a exacerbação do que se possa considerar “normal ao tipo” em tela.

Oportuno ressaltar, ademais, que, embora não se deixe de reconhecer os desdobramentos negativos em vítimas deste tipo de crime, não se observa, nestes autos, quaisquer elementos que indiquem, em especial, o suposto “trauma psicológico de difícil reparação” pelo qual passou a ofendida, a ponto de justificar o agravamento das sanções basilares.

Desta forma, retornam-se as penas-bases do crime de roubo, em relação a cada réu, aos patamares mínimos cominados, quais sejam: 04 anos de reclusão e 10 dias-multa.

Assim, mantidos os demais moduladores sancionatórios, nos termos expostos na sentença monocrática, acomodam-se as penas finais do crime de roubo duplamente qualificado em 05 anos e 06 meses de reclusão e 13 dias-multa, para cada recorrente.

Improcede o pleito formulado pela Defesa, referente ao arrefecimento do regime prisional, devendo ser mantido seu estabelecimento em, inicialmente, fechado, eis que este melhor se coaduna com as peculiaridades do caso em apreço, considerando que a ação criminosa foi praticada por meio de grave ameaça e violência à vítima, com a presença de 02 causas especiais de aumento de pena (cabendo destacar a utilização de duas armas de fogo pelos réus), a qual tem levado grande temor e perturbação à ordem pública, situação a revelar, assim, a elevada periculosidade, em concreto, dos apelantes, merecendo, por conseguinte, maior rigor na reprimenda estatal, tendo em vista seus escopos de prevenção ao crime e ressocialização, sem olvidarmos que, nesta realidade fática, o tempo de prisão cautelar dos réus não apresenta reflexos na fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, em observância aos princípios da adequação e da razoabilidade.

[...]

Com efeito, tendo a pena-base dos acusados, primários, sido fixada no mínimo legal, cabível a imposição do regime correspondente à pena imposta, nos termos do entendimento mais atual da Sexta Turma desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. QUANTIDADE DE ENTORPECENTES QUE NÃO É EXACERBADA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 33, § 2.º, ALÍNEA B, DO CÓDIGO PENAL E NAS SÚMULAS 440 DESTA CORTE E

Superior Tribunal de Justiça

718 E 719 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REGIME INICIAL SEMIABERTO. CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior, deve-se utilizar, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o disposto no art. 33, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal, bem como o entendimento firmado na Súmula n. 440 deste Superior Tribunal de Justiça e nas Súmulas n.os 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal.

2. Considerando a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, a primariedade do Réu, a fixação da pena em 5 (cinco) anos de reclusão e a quantidade e a variedade das drogas apreendidas, cabível estabelecer como regime prisional inicial o semiaberto.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC n. 496.112/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 3/6/2019 – grifo nosso)

Ainda, tem-se o enunciado da Súmula n. 440 deste Superior Tribunal:

Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

Assim, considerando que a reprimenda definitiva imposta foi inferior a 8 anos, bem como a ausência de reincidência e de fundamentação para a imposição de regime inicial mais rigoroso, verifica-se que os pacientes fazem jus a iniciar o cumprimento da reprimenda imposta no regime inicial semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, b, do Código Penal.

Em face do exposto, **concedo liminarmente** a ordem impetrada para determinar que os pacientes iniciem o cumprimento da pena em regime semiaberto.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator